

MENSAGEM N° 566

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de novembro de 2021.

EM nº 00206/2021 MRE

Brasília, 19 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Colômbia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 903/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 04 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 04/11/2021, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código



verificador **2985744** e o código CRC **01B5F2A3** no site:
[https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº
00001.008162/2021-19

SEI nº 2985744

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA

CPF.: 349.807.170-04

ID.: 9015255831 SSP/RS

1959 Filho de Antônio Setembrino de Mesquita e Ruth Estivallet de Mesquita, nasce em 17 de dezembro, em Porto Alegre/RS

Dados Acadêmicos:

1983 Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1984 CPCD - IRBr

1986 Pós-graduação em Administração, École Nationale d`Administration, Paris/FR

2004 CAD, IRBr - Multifuncionalidade e Preocupações Não-Comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC

Cargos:

1985 Terceiro-Secretário

1989 Segundo-Secretário

1997 Primeiro-Secretário, por merecimento

2001 Conselheiro, por merecimento

2006 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2013 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1986-89 Divisão de Política Comercial, Assistente

1989-93 Embaixada em Roma/FAO, Terceiro e Segundo-Secretário

1993-95 Embaixada em Santiago, Segundo-Secretário

1995-96 Secretaria de Planejamento Diplomático, Assessor

1996-2000 Divisão de Política Comercial, Assessor e Subchefe

2000-01 Divisão da Ásia e Oceania II, Chefe, substituto

2001-03 Gabinete do Ministro de Estado, Assessor

2003-08 Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro e Ministro-Conselheiro

2008-11 Delegação do Brasil junto à OMC, ministro-conselheiro

2011-15 Departamento Econômico, Diretor

2015-16 Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e do Caribe, Subsecretário

2016-18 Subsecretaria-Geral da América Latina e do Caribe, Subsecretário

2016-18 Membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional

2018- Embaixada em Pequim, Embaixador

Condecorações:

1986 Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha de Prata

1996 Medalha Mérito Tamandaré,

2001 Ordem do Mérito Militar, Cavaleiro

2002 Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial

2002 Ordem de Rio Branco, Grã Cruz

Ordem do Mérito Cartográfico, Grande Oficial

Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho

Obras Publicadas:

2006 "Multifuncionalidade e Preocupações Não-comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

2009 "Taxation and Representation in the WTO". In Stewart, Terence P. (ed.) "Opportunities and Obligations:

- 2013 New Perspectives on Global and US Trade Policy". Alphen aan den Rijn: Kluwer Law.
- 2013 "A Organização Mundial do Comércio". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- 2013 "O papel central do setor privado na atuação do Brasil no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC". In Benjamim, Daniela Arruda (org.). "O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

COLÔMBIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Outubro de 2021

APRESENTAÇÃO

A Colômbia localiza-se ao norte da América do Sul e compartilha fronteiras com Brasil, Venezuela, Peru, Equador e Panamá. O país tem saída para o Caribe (Oceano Atlântico) e para o Oceano Pacífico.

Com cerca de 1 milhão de km², é o quarto maior país da América do Sul. Sua extensão territorial assemelha-se à da região sudeste do Brasil. A Colômbia é o segundo país mais populoso da América do Sul, com cerca de 49 milhões de habitantes. Sua população é formada, majoritariamente, por descendentes de espanhóis, africanos e indígenas.

O país iniciou seu processo de independência da Espanha em 1810 e, em 1886, adotou seu nome atual, República da Colômbia. Sua data da independência é celebrada no dia 20 de julho.

A partir da década de 1940, na esteira de graves tensões políticas entre os antigos partidos Liberal e Conservador, a Colômbia ingressou em um período de convulsão social conhecido como “La Violencia”, que contribuiu para a criação de grupos paramilitares como as FARC-EP (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo) e o autodenominado ELN (Ejército de Liberación Nacional).

A firma dos Acordos de Paz de 2016 com as FARC-EP não levou à pacificação total do país, dada a necessidade de se equacionarem questões como a reintegração de ex-combatentes, a garantia dos direitos humanos em áreas afetadas pelo conflito, o tráfico de entorpecentes e a desmobilização de grupos paramilitares ainda ativos.

Não obstante os desafios ainda por superar, a Colômbia tem, desde então, renovado sua imagem como uma nação dinâmica e com grandes potencialidades. A Colômbia constitui a 3^a maior economia da América do Sul e tem dado forte apoio estatal ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, assim como na área ambiental e na promoção de uma agenda modernizante. O país é, hoje, o segundo destino prioritário de internacionalização de firmas brasileiras e se tornou, em 2020, o 37º membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

PERFIL BIOGRÁFICO IVÁN DUQUE MÁRQUEZ

Presidente da República da Colômbia



Iván Duque Márquez (Bogotá, 1976) é advogado, formado pela Universidade Sergio Arboleda, com mestrados em Finanças e Administração Pública, pela Georgetown University, e Direito Internacional, pela American University. Durante o governo de Andrés Pastrana, foi Registrador Nacional (autoridade eleitoral) e assessor do então ministro da Fazenda, Juan Manuel Santos. De 2001 a 2010, foi conselheiro principal da Colômbia na diretoria-executiva do BID. Foi consultor da presidência Uribe. Eleger-se senador em 2014 pelo partido Centro Democrático, de centro-direita. Eleger-se presidente em segundo turno, com cerca de 54% dos votos, para mandato de 4 anos, iniciado em 7 de agosto de 2018.

RELAÇÕES BILATERAIS

A convergência de programas dos atuais governos do Brasil e da Colômbia é alicerce sobre o qual se estabeleceu diálogo e parceria estratégicos para a atuação dos dois países no plano regional. Cabe ainda, no entanto, traduzir a ampla convergência de valores em avanços concretos em alguns setores (com destaque para o comércio bilateral, ainda abaixo de sua potencialidade) e em agenda regular dos mecanismos institucionais existentes. Entre os recentes contatos de alto nível, em janeiro de 2019, a Vice-Presidente colombiana, Marta Lucía Ramírez, viajou a Brasília para a posse do Presidente Jair Bolsonaro. No mesmo mês, o Presidente Bolsonaro encontrou-se com o Presidente Duque à margem do Fórum Econômico

Mundial em Davos. Os líderes encontraram-se novamente em agosto de 2019, por ocasião de reunião de cúpula que deu origem ao Pacto de Letícia. Em 12 de agosto de 2021, Marta Lucía Ramírez, já como Vice-Presidente e Chanceler, realizou visita oficial a Brasília. Desde o encontro em Davos, vem-se buscando data para visita do mandatário colombiano ao Brasil. Após tentativas de organização da visita em abril e agosto de 2020 e em março de 2021, malogradas em decorrência da pandemia, a visita do presidente Iván Duque encontra-se agendada para 19 de outubro de 2021. Espera-se que resulte do encontro a assinatura de diversos acordos e o anúncio de importantes iniciativas bilaterais.

Situação na fronteira

Durante os meses de fechamento das fronteiras terrestres, o trânsito entre as cidades-gêmeas de Letícia e Tabatinga manteve-se, na prática, parcialmente aberto, com base na discricionariedade de autoridades locais colombianas, que permitiram a continuidade do ingresso de pedestres e de veículos, com aplicação de reciprocidade pela Polícia Federal brasileira. Em 19 de maio de 2021, a Colômbia reabriu suas fronteiras terrestres com o Brasil.

Cooperação contra a COVID-19

Após registro do primeiro caso de COVID-19 na Colômbia (março de 2020), a cidade de Letícia tornou-se o município com maior incidência da doença por habitante. A situação na fronteira sul da Colômbia atraiu a atenção da mídia e das autoridades do país vizinho, que, por vezes, creditaram publicamente a rápida disseminação da doença na região fronteiriça à “importação” de casos do Brasil.

Buscando equacionar o problema de maneira concertada, realizou-se, em 15 de maio de 2020, videoconferência do Mecanismo 2+2, envolvendo as pastas das Relações Exteriores e da Defesa e o Ministro da Saúde colombiano, para definir estratégia de contenção da epidemia na fronteira. O entendimento promovido pelo encontro resultou em esforços para acelerar implantação de sala binacional de saúde e de monitoramento epidemiológico. O processo de operacionalização da sala binacional encontra-se em estágio avançado.

O Brasil deverá oferecer cooperação à Colômbia na área de produção de vacinas, no marco do esforço do país vizinho para retomar sua capacidade produtiva.

Defesa

O Brasil apoia o processo de desminagem na Colômbia, por meio do envio de

especialistas do Exército e da Marinha. Desde 2006, foram enviados ao país vizinho, no âmbito de programa da Junta Interamericana de Defesa, quase uma centena de militares brasileiros, que contribuíram para a destruição de mais de 3.500 minas terrestres e de 320 artefatos explosivos improvisados. Em 2018, durante reunião do Mecanismo 2+2, foi assinado memorando de entendimento, que aumentou o contingente militar brasileiro envolvido nessas atividades. O Brasil é, ainda, um dos países garantes dos diálogos de paz entre o governo colombiano e o Exército de Libertação Nacional (ELN), por ora suspensos.

Atualmente, a empresa brasileira Technicae, com apoio da IMBEL, desenvolve programa de modernização de veículos blindados Cascavel e Urutu colombianos. Há interesse também da Embraer em fornecer aeronaves para a Colômbia.

Segurança pública

O processo de paz na Colômbia, com assinatura de Acordos de Paz com as FARC-EP, em 2016, não conduziu à pacificação total. O vácuo de poder resultante da desmobilização do agrupamento guerrilheiro levou a considerável elevação da produção de cocaína, associada a altos índices de violência e à atuação de grupos criminosos, incluindo cartéis mexicanos, por vezes associados a dissidentes das FARC ou ao autodenominado Exército de Libertação Nacional (ELN).

A porosidade dos cerca de 1.600 quilômetros de fronteira compartilhada entre Brasil e Colômbia, assim como a concentração de forças públicas colombianas no Mar do Caribe e no Oceano Pacífico, deram oportunidade para que grupos armados dissidentes das FARC se envolvessem com o tráfico de drogas e armas pelo território brasileiro, por vezes em associação com facções criminosas brasileiras. O Brasil considera importante a intensificação do diálogo bilateral no combate ao tráfico de drogas. Os países mantêm diálogo sobre o tema por meio de Comissão Mista em Matéria de Drogas. Sua décima edição ocorreu nos dias 7 e 8 de julho de 2021, de maneira virtual.

Educação

A Colômbia é o país com maior número de participantes acumulados no Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), alcançando a marca de 724 estudantes desde 2000. Há 126 participantes colombianos no Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G).

Ciência e tecnologia

A gestão de Iván Duque forneceu relevante impulso à área da promoção tecnológica, com a criação do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MinCiencias), em 2019.

Em contatos bilaterais ao longo de 2019 e de 2020, a Colômbia manifestou interesse em estabelecer colaboração institucional entre o novo MinCiencias e o MCTI. O MinCiencias pretendia realizar, em 2020, missão técnico-científica ao Brasil para conhecer o ecossistema de ciência e tecnologia brasileiro, adiada devido à pandemia. Em contatos recentes, reforçou o interesse em organizar visita em 2021.

Em 19 de agosto de 2021, em cerimônia virtual, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) assinou com o Ministerio de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones (MinTIC) Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Atividades Espaciais para Fins Pacíficos.

MEIO AMBIENTE

Em meio à visibilidade dada pela imprensa internacional aos incêndios na Amazônia no segundo semestre de 2019, o governo colombiano liderou tratativas que levaram à adoção do Pacto de Letícia, composto por compromissos referentes à preservação da floresta e à promoção do desenvolvimento sustentável.

O Brasil privilegia a condução do tema pelos países amazônicos, sem ingerência extra-regional, e favorece a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) como instância de coordenação e execução de políticas públicas para a região. Nos últimos meses, esteve em curso esforço de convergência entre Pacto e OTCA, de forma que os compromissos políticos adotados no âmbito do primeiro possam ser implementados pela organização, que conta com a institucionalidade, a capacidade e a experiência para levar adiante tais iniciativas.

POLÍTICA INTERNA

O Presidente Iván Duque iniciou seu mandato em agosto de 2018. Sua plataforma baseia-se no firme combate à criminalidade e na rígida condução do processo de paz, em especial diante de dissidências das FARC-EP e dos novos grupos armados. O Presidente teve vitórias importantes, mas encontra dificuldades para implementar a agenda de reformas (política, tributária, judicial) proposta em sua plataforma de governo.

O avanço no processo de paz no país segue como questão central da

política interna colombiana após os acordos de paz de 2016. Fatores a serem equacionados são: reincorporação à sociedade dos ex-combatentes; eliminação de cultivos ilícitos; proteção de defensores de direitos humanos; e divisão entre apoiadores do acordo e partidários de postura mais rígida quanto às antigas lideranças e combatentes das guerrilhas.

Em resposta ao incremento de demonstrações de insatisfação social em 2019, o Presidente Duque anunciou a convocação de um grande “diálogo nacional”, estabelecendo encontros com representantes da sociedade civil para planejar políticas públicas em seis eixos temáticos: crescimento com equidade, transparência e luta contra a corrupção, educação, paz com legalidade, meio ambiente e fortalecimento das instituições.

A partir de março de 2020, em razão da pandemia, o Governo colombiano concentrou-se no fortalecimento da infraestrutura hospitalar no país, que não dispõe de sistema público de acesso universal como o SUS, e na retomada de capacidade de produção de vacinas. Ademais, buscou implementar medidas que evitassem colapso do sistema de saúde nacional e diminuíssem o impacto negativo sobre a economia.

Em abril e maio de 2021, no entanto, registraram-se novas e expressivas manifestações populares em diversas cidades colombianas, em reação à apresentação de proposta de reforma tributária com o objetivo de incrementar a arrecadação e sanear as contas públicas. A retirada da proposta não freou o ímpeto dos manifestantes, que passaram a avançar pauta de reivindicações diversas, como reforma no sistema de saúde, criação de empregos, subsídios agrícolas, redução de violência contra líderes sociais e fim da fumigação de cultivos ilícitos. O Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU registrou 74 vítimas fatais nos protestos (sendo ao menos 20 ocasionadas por disparos policiais). A OEA, PROSUL, Grupo de Puebla e países como Argentina, Paraguai, Chile, Alemanha e Vaticano manifestaram preocupação com a escalada de violência no país. O secretário de Estado dos EUA ressaltou a importância do direito de manifestação pacífica, mas ressaltou os esforços de diálogo do governo colombiano. O Escritório da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos e o Serviço Europeu de Ação Externa condenaram os “atos de violência policial”. Em resposta, o presidente Iván Duque anunciou reforma no Ministério da Defesa e das forças policiais do país, com o objetivo de revisar protocolos para uso da força.

Na esteira dos protestos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, entre 8 e 10 de junho corrente, realizou visita de trabalho à Colômbia. Em 7 de julho, publicou relatório com 41 recomendações e informou sobre a instalação de

Mecanismo Especial de Acompanhamento em Matéria de Direitos Humanos para a Colômbia. A chancelaria colombiana afirmou receber “de maneira respeitosa” o relatório, mas o governo colombiano decidiu “apartar-se” das recomendações em vários temas e rejeitou enfaticamente a criação do Mecanismo Especial.

O quadro político colombiano em 2021 deverá seguir atrelado à evolução da situação sanitária e, especificamente, ao resultado da campanha governamental de vacinação, após aprovação, pelo Congresso, de marco regulatório para a imunização gratuita da população. A Colômbia firmou acordos de fornecimento de imunizantes com a Janssen-Johnson & Johnson, Pfizer, AstraZeneca, COVAX, Moderna e Sinovac e iniciou negociações para adquirir a Sputnik V.

As perspectivas para a eleição presidencial de 2022 seguem polarizadas. Enquanto não é tornada pública uma candidatura do oficialismo uribista, o atual senador Gustavo Petro, representante do espectro de esquerda, e segundo colocado nas eleições de 2018, desponta à frente em pesquisas eleitorais. Nota-se, paralelamente, movimentação, até o momento sem sucesso, para o lançamento de uma “terceira via” e para a promoção de candidatos como o centrísta Sergio Fajardo, terceiro colocado no pleito de 2018, e os candidatos independentes Alejandro Gaviria e Federico Gutierrez.

POLÍTICA EXTERNA

A assinatura do Acordo de Paz com as FARC, em 2016, possibilitou ao país renovar sua imagem internacional, substituindo tradicional vinculação à guerrilha e ao narcotráfico pela perspectiva de uma nação dinâmica e com grandes potencialidades. Nesse contexto, a diplomacia colombiana busca diversificar parceiros e campos temáticos de atuação, explorando novos espaços no cenário externo.

Em nível bilateral, o Governo Duque reafirmou a centralidade dos Estados Unidos, tido como principal aliado externo da Colômbia. Ocorreram diversos encontros bilaterais de alto nível, que incluíram visita de Estado aos EUA em fevereiro de 2019. Percebe-se também incremento da relação entre Bogotá e Pequim, escorada na atratividade chinesa como fonte de investimentos e mercado a ser explorado. Em julho de 2019, Iván Duque visitou a China e subscreveu, junto a Xi Jinping, diferentes acordos com o objetivo de incrementar comércio e investimento bilaterais.

Brasil e Colômbia mostram-se afinados na OEA, sobretudo em temas ligados à

defesa da democracia e à promoção da segurança multidimensional. O Governo colombiano apresenta alto engajamento na Organização, inclusive sediando reuniões hemisféricas sobre temas diversos. Em 2019, sediou o 49º Período Ordinário de Sessões da Assembleia-Geral da OEA, em Medellín. Em dezembro do mesmo ano, realizou, em Bogotá, reunião do Órgão de Consulta do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) sobre a crise na Venezuela. Brasil e Colômbia atuaram em prol da reeleição de Luis Almagro ao cargo de Secretário-Geral da OEA, em março de 2020. Ambos os países foram protagonistas em iniciativas de resoluções críticas aos regimes de Nicolás Maduro, na Venezuela, e de Daniel Ortega, na Nicarágua. Como temas adicionais, registre-se firme apoio do Brasil à atuação da Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA), que inclui participação de militares brasileiros em atividades de desminagem.

Como o Brasil, a Colômbia é membro fundador do PROSUL, que constitui novo espaço de diálogo regional para fortalecimento da cooperação entre Estados sul-americanos, baseado em compromisso com valores fundamentais como defesa da democracia, do Estado de Direito e dos direitos humanos. A Colômbia busca dar maior visibilidade, reforçar a institucionalidade e ampliar o escopo temático do PROSUL.

Em fevereiro de 2019, o regime venezuelano anunciou rompimento de relações diplomáticas e consulares com a Colômbia. Desde então, a relação entre ambos os países tem se mantido tensa. O governo colombiano tem condenado os vínculos do regime bolivariano com organizações paramilitares, como o Exército de Libertação Nacional (ELN). Em 21 de março de 2021, noticiaram-se combates entre efetivos militares da Venezuela e grupos armados possivelmente associados a uma dissidência das FARC no estado venezuelano de Apure. O conflito ocorreu em área fronteiriça ao território colombiano e ocasionou o deslocamento de mais de 5 mil cidadãos venezuelanos, que buscaram proteção na Colômbia. Em julho último, o presidente Iván Duque sofreu atentado quando seu helicóptero sobrevoava cidade fronteiriça, o qual teria sido reivindicado por dissidência das FARC em território venezuelano.

Bogotá tem adotado políticas que buscam contribuir para aliviar o sofrimento humano ocasionado pela crise na Venezuela. País mais afetado pela crise migratória, tendo já recebido mais de 1,7 milhão de imigrantes, a Colômbia manteve política de acolhimento a cidadãos venezuelanos, suspensa apenas pela pandemia, em função do fechamento de fronteiras. O país tem implementado incentivos à regularização da migração, a exemplo do anúncio de oferta de imunização contra COVID-19 a imigrantes venezuelanos documentados.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Desde o início do Governo de Iván Duque (agosto de 2018), o país recuperava seu ritmo de crescimento: de 1,4%, em 2017, evoluiu para 2,6%, em 2018, e 3,3% em 2019. Todavia, devido a efeitos da pandemia, o país encerrou 2020 com queda de 6,8% no PIB e nível recorde de endividamento público de 61,4% do PIB. Em decorrência da suspensão das regras fiscais em contexto de pandemia e dificuldade para a implementação de reforma tributária e medidas de ajuste econômicos, a Colômbia teve retirado seu grau de investimento pela agência Standard & Poor's em maio de 2021, após mais de uma década ostentando essa qualificação.

A Colômbia é o 20º destino das exportações brasileiras e o 25º fornecedor de produtos importados ao Brasil. Por sua vez, o Brasil é o 4º principal fornecedor de produtos à Colômbia (atrás de EUA, China e México) e o 5º maior destino de exportações colombianas. A Colômbia representa o segundo destino prioritário de internacionalização de empresas brasileiras (atrás somente dos EUA). Mais de 100 empresas nacionais, incluindo conglomerados como Gerdau, Votorantim, Bovespa BM&F, Itaú, BTG Pactual, Natura e O Boticário, operam no país vizinho.

A composição da pauta comercial contribuiu para o superávit persistente do Brasil ao longo de toda a última década. Ao passo que as exportações brasileiras são concentradas em produtos de maior valor agregado (como automóveis de passageiros, partes e acessórios de veículos automotivos e produtos da indústria de transformação), os produtos importados pelo Brasil da Colômbia são menos elaborados, constituindo sobretudo insumos produtivos (como carvão não aglomerado, coques, semi-coques e carvão de retorta, e polímeros).

O comércio bilateral encontra-se amparado pelo Acordo de Complementação Econômica nº 72 (ACE-72), firmado entre MERCOSUL e Colômbia, em aplicação provisória desde 2017 (por falta de internalização pela Colômbia). O acordo, que conta com Protocolos Adicionais para os setores automotivo, siderúrgico e têxtil, permitiu a liberalização comercial bilateral de 97% da pauta comercial bilateral. O Brasil tem interesse na revisão e no aprofundamento do ACE-72.

O Protocolo de Serviços, que tem por objetivo oferecer maior transparência e segurança jurídica a prestadores de serviços, por meio da adoção de compromissos de acesso a mercados e não discriminação, ainda não foi ratificado nem pelo Brasil nem pela Colômbia. O governo colombiano comprometeu-se a apresentar tanto o Protocolo de Serviços quanto o próprio ACE-72 a seu Legislativo para aprovação, o

que ainda não ocorreu.

A negociação de acordo de compras governamentais poderia abrir ao Brasil o mercado colombiano, estimado em US\$ 50 bilhões anuais, no qual empresas brasileiras não possuem as mesmas condições de participação de empresas de EUA, União Europeia, México e Canadá, que já contam com benefícios advindos da assinatura de tratados por seus governos. O tema está na agenda bilateral há quatro anos, sem avanço significativo.

A assinatura do Acordo para Evitar Dupla Tributação – ADT (cuja negociação foi concluída em setembro de 2021) e a entrada em vigor do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos – ACFI (ratificado pelo Brasil em 2018, mas ainda pendente de aprovação pela Colômbia) poderão incrementar a segurança jurídica necessária à ampliação da presença de empresas brasileiras no país vizinho.

Em 28 de abril de 2020, a Colômbia tornou-se oficialmente o 37º membro da OCDE, após ter concluído procedimentos internos para ratificação da Convenção da OCDE e depósito de seu instrumento de adesão. A Colômbia tem reiterado apoio ao pleito brasileiro de acesso à Organização, favorecendo a inclusão de mais um membro latino-americano.

DADOS BÁSICOS

	Colômbia	Brasil
Nome oficial	República da Colômbia	República Federativa do Brasil
Idioma oficial	Espanhol	Português
População	48,2 milhões (DANE)	211,7 milhões (IBGE)
Área	1,141 milhão km ²	8,516 milhões km ²
PIB nominal (FMI, 2020)	US\$ 264,9 bilhões	US\$ 1,36 trilhão
PIB <i>per capita</i> (FMI)	US\$ 5,2 mil	US\$ 6,4 mil
Crescimento do PIB (FMI; BACEN)	-8,2% (2020) 5,1% (2021)	-4,5% (2020) 3,2% (2021)
IDH (PNUD, 2019)	0,767 (83 ^a posição)	0,761 (79 ^a posição)
Índice de alfabetização (PNUD, 2019)	95,1%	93,2%
Expectativa de vida (PNUD, 2019)	77,3 anos	74,7 anos
COVID-19 (04/10)	4.963.243 casos 126.425 óbitos	21.478.546 casos 598.152 óbitos

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões)

BRASIL-COLÔMBIA	2018	2019	2020
Intercâmbio total	4.519,8	4.546,7	3.605,4
Exportações	2.802,2	3.100,3	2.291,2
Importações	1.717,5	1.446,4	1.314,2
Saldo	1.804,7	1.653,9	977

* Principais produtos da pauta comercial (2020)

➤ **Exportações:** veículos automóveis de passageiros, 13%; partes e acessórios de veículos automotivos, 7%; produtos da indústria de transformação, 4,9%; etc.

➤ **Importações:** coques, semi-coques e carvão de retorta, 19%; carvão não aglomerado, 17%; polímeros, 16%; etc.

Embaixador da Colômbia no Brasil: Darío Montoya Mejía.

Embaixador do Brasil na Colômbia: Luis Antonio Balduino Carneiro.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1810	Independência da dominação espanhola
1819	Batalha de Boyacá, que consolidou a independência de Nova Granada
1821	Fundação formal da Grã-Colômbia, a partir do Congresso de Cúcuta
1829	Venezuela declara-se independente da Grã-Colômbia
1830	Equador declara-se independente da Grã-Colômbia. Morre Simón Bolívar
1852	Abolição da escravatura
1899	Guerra dos Mil Dias, entre facções de poder colombianas
1903	Independência do Panamá, apoiada pelos EUA
1933	Negociações de paz com o Peru, que reconheceu a soberania colombiana sobre a cidade de Letícia.
1946	Início do período denominado “La Violencia”, de conflitos entre Conservadores e Liberais
1948	“Bogotazo”, revolta pelo assassinato do liberal Jorge Gaitán
1958	Início da Frente Nacional, monopólio dos partidos Conservador e Liberal, com vistas a superar o período de “La Volencia”.
1964	Invasão militar em Marquetália
1964	Criação do Exército de Libertação Nacional (ELN)
1966	Criação oficial das “Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia” (FARC)
1969	Criação do Pacto Andino (depois, Comunidade Andina de Nações - CAN)
1974	Fim do período da Frente Nacional

1974	Eleição de Alfonso López Michelsen
1974	Início das ações militares urbanas do M-19
1974	Início das atividades de grupos paramilitares
1978	Julio César Turbay Ayala é eleito Presidente
1980	M-19 ocupa Embaixada da República Dominicana em Bogotá
1982	Belisario Betancour é eleito Presidente
1982	FARC decidem atuar com vista à conquista definitiva do poder. Acrescentam as letras EP (Exército do Povo) em sua sigla.
1984	Acuerdo de La Uribe, estabelece cessar-fogo entre as Forças Armadas e as FARC-EP
1985	As FARC-EP fundam o partido União Patriótica-UP
1985	Rompimento do cessar-fogo entre o governo e as FARC-EP
1986	Virgilio Barco é eleito Presidente
1986	O M-19 depõe armas e se torna partido, a Aliança Democrática M-19
1990	César Gaviria é eleito Presidente
1990	Desmobilização do M-19
1994	Ernesto Samper é eleito Presidente
1994	A CAN adota uma tarifa externa comum
1997	Formação das “Autodefensas Unidas de Colômbia”, união de paramilitares
1998	Andrés Pastrana toma posse como Presidente
1998	Início de novas negociações com as FARC-EP, com desmilitarização de área
2000	É lançado o “Plano Colômbia”, com apoio dos EUA
2002	As FARC-EP sequestram avião e Presidente Pastrana declara fim das negociações

2002	As FARC-EP sequestram Senadora e candidata presidencial Ingrid Betancourt
2002	Eleição de Álvaro Uribe como Presidente
2004	Congresso aprova emenda à Constituição para permitir reeleição
2005	Congresso aprova Lei para a desmobilização dos paramilitares
2006	Presidente Álvaro Uribe é reeleito, em primeiro turno
2006	Anunciado fim do desarmamento dos paramilitares
2006	Corte Suprema ordena prisão de parlamentares envolvidos com paramilitares
2006	Assinatura do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos
2008	Ataque a acampamento das FARC-EP em território equatoriano.
2008	Falecimento de "Manuel Marulanda", líder histórico das FARC-EP.
2008	Libertação da Senadora Ingrid Betancourt
2009	Libertação de seis reféns das FARC-EP com apoio logístico brasileiro
2010	Libertação de dois reféns das FARC-EP (militares) e devolução dos restos mortais de militar morto em cativeiro, com apoio logístico brasileiro.
2010	Corte Suprema considera inexequível a proposta de referendo para a segunda reeleição (fevereiro).
2011	Eleição de Juan Manuel Santos à Presidência da República, em segundo turno.
2011	Libertação de seis reféns das FARC-EP, com apoio logístico brasileiro
2011	O Comandante das FARC-EP, Alfonso Cano, é abatido em operação militar do governo. As FARC-EP escolhem "Timochenko" (Rodrigo Londoño) como seu novo comandante
2012	Libertação de 10 reféns das FARC-EP com apoio logístico brasileiro
2012	Entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio Colômbia-EUA

2012	As FARC-EP anunciam libertação de todos os reféns políticos em seu poder
2012	Anúncio de novo processo de paz com as FARC-EP
2012	Início do diálogo com as FARC-EP em Cuba. Cuba e Noruega são definidos como os países garantes do processo.
2013	Anúncio do acordo entre as FARC-EP e o Governo sobre participação política
2014	Reeleição do Presidente Juan Manuel Santos, em segundo turno
2014	Anúncio do acordo entre as FARC-EP e o Governo sobre a solução dos problemas das drogas ilícitas
2014	Anúncio do acordo entre as FARC-EP e o Governo sobre uma Política de Desenvolvimento Agrário Integral
2015	Anúncio do acordo entre as FARC-EP e o Governo sobre a criação de uma justiça de transição e reparações às vítimas do conflito
2016	Assinatura de acordo para dar início às negociações oficiais de paz com o ELN
2016	Aprovada reforma política que acaba com o direito à reeleição para Presidente
2016	Assinatura do acordo entre as FARC-EP e o Governo sobre o cessar-fogo bilateral e definitivo das hostilidades, a entrega de armas e a garantia de segurança dos integrantes das FARC-EP desmobilizados.
2017	Início da fase pública das negociações de paz entre o governo colombiano e o ELN.
2017	Finalizado processo de desmobilização das FARC-EP e entrega de armas.
2017	Aprovação de propostas legislativas para implementação do acordo de paz com as FARC-EP, como as que criam e regulamentam a Justiça Especial para a Paz – JEP.

2018	Em abril, o Equador renuncia à condição de país-sede das negociações de paz com o ELN. As negociações se deslocam para Havana.
2018	Eleição de Iván Duque Márquez como presidente da República. Carlos Holmes Trujillo é apontado Chanceler.
2018	Suspensão das negociações de paz com o ELN.
2019	Atentado contra a Escola de Cadetes General Santander, em Bogotá, é reivindicado pelo ELN. Presidente Duque se dissocia das negociações de paz.
2020	A Colômbia tornou-se oficialmente o 37º membro da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1827	O Governo da Grã-Colômbia envia para o Rio de Janeiro Leandro Palácios, como seu primeiro representante junto ao Império do Brasil
1829	O Império do Brasil envia Luiz de Souza Dias para Bogotá, na qualidade de Enviado Especial e Ministro Plenipotenciário do Brasil junto à Grã-Colômbia
1907	Tratado de Limites entre o Brasil e a Colômbia, usando como base de demarcação a linha Tabatinga-Apaporís
1925	Ata de Washington, entre Brasil, Colômbia e Peru, que assegura o reconhecimento da linha Tabatinga-Apaporís como fronteira entre o Brasil e a Colômbia.
1971	Encontro entre o Presidente Médici e o Presidente colombiano Misael Pastrana Borrero, para realizarem o primeiro encontro de cúpula bilateral entre mandatário brasileiro com homólogo colombiano (Letícia, 07 de agosto)

1981	Visita do Presidente João Baptista Figueiredo à Colômbia, a primeira visita oficial de um Chefe de Estado do Brasil ao país (10-13 de março).
2009	I Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia, co-presidida pelos Chanceleres (Cartagena das Índias, 08 de junho)
2011	Visita do Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, ao Brasil, para a posse da Presidente Dilma Rousseff (Brasília, 01 de janeiro)
2012	Participação da Presidente Dilma Rousseff na Cúpula das Américas (Cartagena das Índias, 14-15 de abril)
2014	Visita do Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, ao Brasil (Brasília, 19 de junho)
2014	Visita do Vice-Presidente Michel Temer à Colômbia para participar da cerimônia de posse do Presidente Juan Manuel Santos (Bogotá, 7 de agosto)
2015	Visita do Vice-Presidente da Colômbia, Germán Vargas Lleras, ao Brasil, para participar da cerimônia de posse da Presidente Dilma Rousseff (Brasília, 01 de janeiro)
2015	Visita da Presidente Dilma Rousseff à Colômbia (Bogotá, 08-09 de outubro)
2016	Criação do Grupo de Amigos do Brasil para a Paz na Colômbia (15 de março)
2016	Viagem do Senhor Presidente da República à Colômbia, por ocasião da assinatura do acordo de paz entre o Governo da Colômbia e as FARC (Cartagena das Índias, 26 de setembro)
2018	Visita ao Brasil da ministra das Relações Exteriores da Colômbia, María Ángela Holguín, e do ministro da Defesa Nacional da Colômbia, Luis Carlos Villegas (Brasília, 21 de fevereiro)
2018	Visita do presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos (20 de março)
2018	Viagem do Ministro das Relações Exteriores para participar da posse do presidente Iván Duque Márquez (7 de agosto)

2019	A Vice-Presidente colombiana, Marta Lucía Ramírez, representa o Presidente Duque na posse do presidente Jair Bolsonaro (1º de janeiro)
2019	Encontro presidencial bilateral à margem do Foro Econômico Mundial em Davos, na Suíça
2021	Visita da Vice-Presidente e Chanceler colombiana, Marta Lucía Ramírez, a Brasília (12 de agosto)

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Data de Entrada em Vigor	Data de Publicação
Tratado de Limites e Navegação	24/04/1907	20/04/1908	24/04/1908
Tratado de Limites e Navegação Fluvial	15/11/1928	09/01/1930	19/02/1930
Convênio Rádio-Elétrico	04/11/1936	04/05/1938	29/04/1938
Tratado de Extradicação	28/12/1938	02/10/1940	27/09/1940
Acordo sobre Transportes Aéreos	28/05/1958	27/06/1975	03/07/1975
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais.	24/07/1962	02/08/1962	16/11/1962
Acordo de Intercâmbio Cultural	20/04/1963	30/08/1974	13/09/1974
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Comuns	26/08/1969	26/08/1969	24/09/1969
Acordo de Cooperação Sanitária para a Região Amazônica	10/03/1972	13/07/1976	13/07/1976
Acordo Básico de Cooperação Técnica.	13/12/1972	27/09/1973	05/11/1973
Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos.	20/06/1973	17/07/1976	13/07/1976
Acordo de Assistência Recíproca para a Prevenção do Uso e Tráfico Ilícitos de Substâncias Estupefacientes e Psicotrópicas	12/03/1981	11/05/1981	18/05/1981
Tratado de Amizade e Cooperação	12/03/1981	10/07/1985	31/07/1985
Acordo sobre Turismo	12/03/1981	28/07/1983	11/08/1983

Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	12/03/1981	05/03/1986	31/03/1986
Acordo de Cooperação Amazônica	12/03/1981	10/04/1986	15/05/1986
Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear	12/03/1981	05/03/1986	31/03/1986
Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira	16/07/1985	18/05/1994	24/04/2000
Acordo sobre Sanidade Animal para o Intercâmbio de Animais e Produtos de Origem Animal	09/02/1988	28/01/1997	24/04/2000
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	14/04/1993	24/09/1995	11/09/1995
Acordo de Cooperação Mútua para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais	07/11/1997	22/03/2006	27/06/2006
Acordo de Cooperação para Impedir o Uso Ilegal de Precursors e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	07/11/1997	09/09/1999	14/10/1999
Acordo de Cooperação Judiciária e Assistência Mútua em Matéria Penal	07/11/1997	29/06/2001	24/08/2001
Acordo entre o Brasil e a Colômbia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios	21/08/2007	27/10/2010	23/05/2014

Acordo entre o Brasil e o Governo da Colômbia sobre Cooperação em Matéria de Defesa	19/07/2008	28/01/2014	29/12/2015
Acordo para o Estabelecimento da Zona de Regime Especial Fronteiriço para as Localidades de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)	19/09/2008	22/10/2013	18/12/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Colômbia sobre Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Colombianos entre as Localidades Fronteiriças Vinculadas	01/09/2010		Em tramitação no Poder Executivo
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre Brasil e Colômbia	09/10/2015	20/04/2018	Em ratificação pela Colômbia